

***A Lumber Company* na região do Contestado: vilas operárias e o aparato
institucional**

**The Lumber Company in the Contestado region: working villages and the
Institutional Apparatus**

**La *Lumber Company* en la región del Contestado: villas obreras y el aparato
institucional**

Alexandre Assis Tomporoski¹

Resumo: A madeireira *Lumber Company* manteve suas atividades na região do Contestado entre 1911 e 1940, tendo contribuído para a deflagração da Guerra do Contestado (1912-1916). Além da resistência imposta pelos rebeldes, a multinacional também enfrentou a insatisfação de seus trabalhadores. O objetivo deste artigo consiste em analisar as moradias ocupadas pelos trabalhadores da *Lumber* e a maneira como se apropriaram do “aparato institucional” da companhia. Para este fim, a pesquisa fundamentou-se no aporte teórico-metodológico da história social inglesa e promoveu revisão da literatura, pautando-se em variado conjunto de fontes: periódicos, fotos, documentos e um filme-propaganda da empresa. Conclui-se que a *Lumber* tentou controlar sua mão de obra, mas os “de baixo” resistiram e sua luta permaneceu vigente, reinventada de modo dinâmico e ininterrupto.

Palavras-chave: Contestado. *Lumber Company*. Vilas operárias.

Abstract: Lumber Company maintained its activities in the Contestado region between 1911 and 1940, having contributed to the outbreak of the Contested War (1912-1916). In addition to the resistance imposed by the rebels, the multinational also faced the dissatisfaction of its workers. The objective of this article is to analyze the dwellings occupied by Lumber workers and the way they appropriated the company's "institutional apparatus". To this end, the research was based on the theoretical-methodological contribution of English social history and promoted literature review, based on a variety of sources: journals, photos, documents and a propaganda film of the company. It is concluded that Lumber tried to control its workforce, but the "from below" resisted and its struggle remained in effect, reinvented in a dynamic and uninterrupted way.

Key-words: Contested. Lumber Company. Worker villages.

Resumen: La maderera Lumber Company mantuvo sus actividades en la región del Contestado entre 1911 y 1940, habiendo contribuido para la deflagración de la Guerra del Contestado (1912-1916). Además de la resistencia impuesta por los rebeldes, la multinacional también enfrentó la insatisfacción de sus trabajadores. El objetivo de este artículo consiste en analizar las viviendas ocupadas por los trabajadores de Lumber y la manera en que se apropiaron del "aparato institucional" de la compañía. Para este fin, la investigación se basó en el aporte teórico-metodológico de la historia social inglesa y promovió la revisión de la literatura, guiándose en variado conjunto de fuentes: revistas, fotos, documentos y una película-propaganda de la empresa. Se concluye que Lumber intentó controlar su mano de obra, pero los "de abajo" resistieron y su lucha permaneció vigente, reinventada de modo dinámico e ininterrumpido.

Palabras clave: Contestado. Lumber Company. Villas obreras.

Considerações iniciais

No início do século XX, a região do Contestado configurava-se em um cenário marcado por profunda instabilidade e tensão social. Dentre os diversos elementos que influenciaram este quadro, destaca-se o processo de inserção do capital estrangeiro na região, concretizado pela chegada de empresas multinacionais. A *Brazil Rail Company* foi a responsável pela construção da ferrovia que cortou a região do Contestado, ligando Sorocaba (SP) a Santa Maria (RS), abrindo assim um canal de escoamento para a erva mate e a madeira beneficiada na região (VALENTINI, 2009; TOMPOROSKI, 2013).

Foi com o intuito de explorar as terras recebidas por meio da concessão para a construção da ferrovia, bem como serrar a madeira e em seguida vender lotes a imigrantes europeus, que em 1910, foi instalada em Três Barrasⁱⁱ a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Com o início de suas atividades em novembro de 1911, a *Lumber* passou a desenvolver um inovador processo de exploração da madeira, por meio de um complexo industrial de proporções ímpares tendo sido considerada, naquele período, a maior madeireira da América do Sul (CAVALHO, 2010, p. 226).

A mão de obra empregada na *Lumber* (com exceção dos altos funcionários de origem norte-americana) era recrutada na região, entre a população local. No início do século XX, a região era habitada por caboclos - que há muito viviam no planalto -, e por imigrantes europeus, principalmente poloneses, ucranianos e alemães. O número de trabalhadores apresentou significativas variações ao longo do tempo. Durante os anos de construção das instalações da madeireira, o número foi significativamente superior, decrescendo conforme o término desta etapa e o início das atividades operacionais. No ano de 1915, o número de trabalhadores empregados no beneficiamento da madeira correspondia a seiscentos e quinze, além dos trabalhadores envolvidos no corte e transporte das toras na mata (DIACON, 1991, p. 55). Conquanto o longo período de funcionamento da companhia, o acervo documental fragmentado não permite um

levantamento exato do número de trabalhadores empregados no decorrer de todo o período, sendo razoável a afirmação de Valentini, segundo o qual ao longo dos anos de funcionamento, a empresa manteve continuamente entre quatrocentos e seiscientos trabalhadores (2009, p. 163).

Nas páginas seguintes intenta-se analisar um aspecto fundamental para a compreensão do modo de vida de quaisquer grupos de trabalhadores, qual seja, a sua moradia. Apesar da importância da análise proposta, inexistem contribuições que se dediquem a compreender de que forma as peculiaridades das moradias dos trabalhadores da *Lumber Company* expressam características de seu cotidiano e, também, de sua organização e luta política. A partir dessa constatação, neste artigo proceder-se-á ao exame acerca das moradias dos trabalhadoresⁱⁱⁱ da *Lumber Company*, segregadas em três categorias: as habitações próximas à fábrica, utilizadas, normalmente, pelos diretores e altos funcionários da companhia; as casas situadas em colônias ou povoados, de propriedade dos próprios trabalhadores; os “acampamentos”, moradias assaz peculiares aos trabalhadores da *Lumber Company*. Concomitantemente, a análise abordará a utilização das “vilas operárias” como fator de dominação perante os trabalhadores.

Ademais, o texto irá analisar o “aparato institucional” (LEITE LOPES, 1988), isto é, o conjunto de benefícios oferecidos, visando a construção de sentimentos de lealdade e laços de pertencimento dos trabalhadores para com a empresa. A *Lumber Company* disponibilizou vários benefícios: hospital, farmácia, cinema, armazém geral e as próprias moradias operárias (os acampamentos), além de estimular práticas esportivas (o futebol). Também realizou comemorações festivas em alusão a passagem do dia 04 de julho, data da independência dos Estados Unidos da América.

Ao avançar pelo estudo das alterações promovidas pela *Lumber Company* na sociedade de seu entorno, a pesquisa inspirou-se em sugestões teórico-metodológicas alinhadas às perspectivas da História Social Inglesa – especialmente as noções sugeridas por Thompson – para os estudos que optam por uma análise que valoriza uma “história de baixo”, a qual propõe que os mais pobres demonstram o desenvolvimento de uma consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização. Assim, a pesquisa percebeu-os como gestores de suas próprias vidas, com capacidade de decisão e de ação, mesmo que as classes dominantes invariavelmente intentem o controle dos mais pobres e, por conseguinte, desqualificar os discursos e as ações das classes subalternas.

Destarte, a questão que se apresenta é de que forma os trabalhadores da *Lumber Company* se apropriaram do aparato institucional implementado pela empresa e produziram relações sociais próprias, dotadas de sentido? A partir dessa perspectiva foram reunidas e analisadas fontes que permitissem contemplar a abordagem proposta. Além da

revisão da literatura pertinente ao tema, foram analisados periódicos de circulação regional e nacional, bem como fontes vinculadas à empresa. O texto está dividido em quatro seções. A primeira delas promove uma análise da moradia dos trabalhadores da *Lumber*; a segunda se propõe a discutir o sentido e o papel da vila operária no âmbito das relações de trabalho; a terceira seção discute o aparato institucional implementado pela *Lumber* e a última seção demonstra como se deu a apropriação do aparato institucional por parte de seus trabalhadores.

A moradia dos trabalhadores da *Lumber*

Os estudos acerca de fábricas que constituíram vilas operárias para os seus trabalhadores compõem um campo abrangente, sobre o qual pesquisadores de diferentes áreas se debruçaram. Todavia, de maneira geral, os trabalhos referentes ao tema são tributários da clássica obra de José Sérgio Leite Lopes, que analisou um “caso-limite”, o da fábrica de tecidos Paulista, instalada na cidade homônima, no estado de Pernambuco (LEITE LOPES, 1988).

O aspecto preponderante nesse tipo de análise é a compreensão quanto a utilização dessas vilas^{iv} como um instrumento de dominação da empresa sobre os trabalhadores, fora da fábrica, quando imersos em suas relações lúdicas e familiares. Nesses casos, ocorre a concentração do capital industrial e, concomitantemente, o controle da propriedade da terra pela indústria. Ou seja, a fábrica, na qual o trabalhador labuta por condições mínimas de sobrevivência, é também a proprietária da casa na qual ele reside e, em muitos casos, a fomentadora de grande parte de suas relações sociais. Nessa situação, o trabalhador percebe-se enredado em uma teia de relações e suscetível a mecanismos de vigilância e controle sobre distintos aspectos de sua vida.

A fábrica como vila operária representa:

[...] uma situação onde a própria fábrica é proprietária das casas em que moram seus operários e é promotora da vida social extra fabril da localidade. Tal situação traz novas determinações à relação entre patrões e operários [...] que extrapolam a esfera da produção em direção ao controle material da própria esfera da reprodução da força de trabalho. Pois que o fato de certas empresas industriais fornecerem casas a seus operários, em contrapartida seja de um aluguel geralmente descontado do salário, seja das obrigações econômicas e não econômicas geralmente não explicitadas em contrato, mas incorporadas ao comportamento dos operários como parte das regras do jogo, significa de fato uma interferência direta e visível da administração da fábrica sobre a vida social e extra fabril dos trabalhadores (LEITE LOPES, 1988, p. 17).

Normalmente a moradia na vila operária não era gratuita. As empresas descontavam do salário do trabalhador o aluguel da casa. Havia um custo, cujo impacto sobre o orçamento do morador da vila operária poderia ser bastante significativo. No ano

de 1918, por exemplo, este aluguel poderia corresponder a cinco dias de trabalho (RAGO, 1985, p. 34).

Em alguns casos, os trabalhadores pagavam aluguel mensal pelas casas da vila operária durante os cinco primeiros anos de trabalho, ao final dos quais, caso fosse julgado “eficiente”, poderia ser dispensado do pagamento. Após completar dez anos de trabalho na fábrica, receberia uma casa na vila^v. Portanto, a moradia era utilizada – de diferentes formas – para aumentar o controle e promover a disciplinarização da classe trabalhadora.

A vila operária

É preciso considerar que devido ao aporte de capital imobilizado em uma vila operária, tal expediente estava disposto exclusivamente aos grandes empreendimentos industriais. No caso da *Lumber Company*, as casas foram construídas com a mão de obra da própria empresa e com a matéria-prima por ela produzida, minimizando o impacto econômico-financeiro.

As habitações de propriedade das fábricas inicialmente estavam destinadas aos trabalhadores mais qualificados e especializados. A exceção ocorria naquelas situações nas quais havia a necessidade de fixar os trabalhadores não-especializados próximo à fábrica ou local de trabalho. Uma das necessidades precípuas para a fábrica construir sua vila operária era exatamente essa, isto é, relacionava-se com sua localização. Em decorrência do afastamento de centros urbanos e povoações com densidade populacional adequada à demanda para o trabalho, surgia a necessidade de fixar os trabalhadores. Costumeiramente esses empreendimentos disponibilizavam algumas facilidades a sua mão de obra, para que esta se dispusesse a permanecer junto aos locais de trabalho (DECCA, 1987, p. 60).

Assim como outras fábricas que entraram em operação no Brasil em fins do século XIX e início do XX, instaladas em regiões com um modo de vida basicamente rural, sem grandes contingentes populacionais disponíveis para o ingresso nas linhas de produção, a *Lumber* necessitou atrair, fixar e imobilizar a sua força de trabalho.

Tipificação das moradias dos trabalhadores da *Lumber*

É possível distinguir três tipos de moradia utilizados pelos trabalhadores da companhia. Primeiramente, havia as casas de maior conforto e salubridade, habitações mais próximas da fábrica, localizadas a pouca distância do pátio da serraria. Edificadas em madeira, amplas e próximas as linhas de energia elétrica, eram sustentadas pelos geradores da companhia, porém, em número restrito. Neste grupo estavam alocadas as casas dos

altos funcionários e diretores, especialmente norte-americanos, com padrão muito superior as casas dos operários.

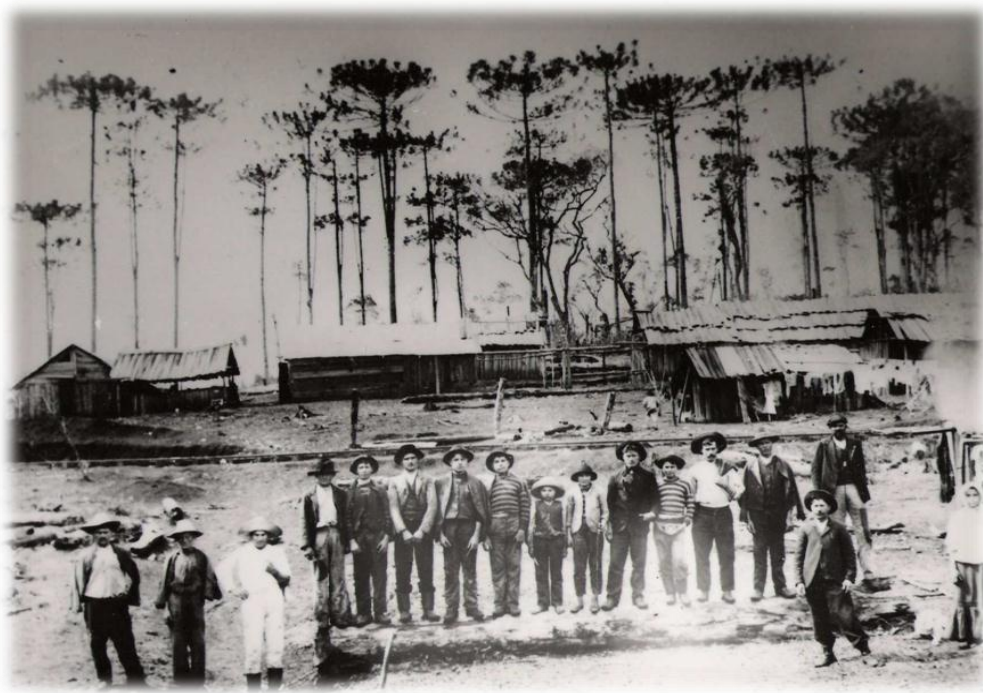
Imagem 1: Casas dos trabalhadores especializados da *Lumber*



Fonte: VALENTINI, 2009, p. 157.

Um segundo tipo de moradia – este adotado espontaneamente pelos trabalhadores da empresa – consistia em casas situadas em áreas relativamente distantes da sede da companhia, em antigas colônias estabelecidas pelo governo do Paraná. Inclusive, também, as casas construídas por conta própria, na maioria das vezes pelo processo de apossamento (MOTTA DE CARVALHO, 2002, p. 84 e 85), na região circundante à *Lumber*, já em meio à mata, com uma vida caracteristicamente rural^{vi}. Nessa tipificação enquadram-se aqueles trabalhadores que utilizavam o emprego na companhia como uma forma de complementação da renda, normalmente oriundos de famílias de pequenos lavradores e sitiantes.

Imagem 2: Habitantes de um dos acampamentos da *Lumber*. Note-se o grande número de crianças, a proximidade e a precariedade das construções, s/d



Fonte: Imagem digitalizada que compõe o acervo do Museu de Três Barras.

O terceiro e mais característico tipo de moradia eram os “Acampamentos”, que foram amplamente utilizados pela *Lumber*. Esta configuração habitacional estava destinada aos trabalhadores (e suas famílias) empregados no serviço das matas, em atividades como a derrubada e o transporte das toras, o avançamento dos trilhos e a manutenção dos ramais ferroviários da empresa. A principal característica desse tipo de moradia era sua mobilidade. Com o passar do tempo e com o acelerado ritmo de exploração da madeireira, as reservas mais próximas ao engenho de serrar tenderam a exaurir-se rapidamente, tornando necessária a expansão desses espaços de exploração^{vii}.

Portanto, os acampamentos foram instaurados para assentar os trabalhadores em casas de propriedade da *Lumber*, em áreas próximas aos locais de trabalho, isto é, nos diferentes pontos de extração de madeira entremeando a mata. Quando ocorria a redução de madeira disponível em determinado setor, o acampamento era deslocado. Para aprimorar a logística, as casas eram carregadas sobre vagões de trens e transferidas – com as famílias e os pertences em seu interior – para as novas áreas de extração, na extremidade do ramal ferroviário, aonde seriam a base para a continuidade do processo de exploração. Nesse novo local, as casas eram novamente instaladas – compondo uma vila operária em meio à floresta – muito próximas umas das outras, onde diversas famílias compartilhavam o espaço, o fogo, o poço e as refeições. A floresta e os trilhos eram os brinquedos das crianças^{viii}. Através desse processo, as moradias eram removidas e instaladas diversas vezes, sempre em direção a novas fronteiras de extração, deixando para trás reservas exauridas, apenas o “rapador”, ou seja, o solo da floresta sem qualquer

cobertura vegetal. Ao longo do período de funcionamento da *Lumber*, muitos acampamentos foram montados. Foi possível rastrear cinco acampamentos: o Tapera, o São João da Barra (também chamado de Desvio), o Vila Nova, o Barra Grande e o Bugre. O período de existência de cada acampamento era de aproximadamente dois anos.

Imagem 3: Trens carregando casas em momento de movimentação de um acampamento, s/d.



Fonte: Imagem digitalizada que compõe o acervo Museu de Três Barras.

Estas peculiares vilas operárias poderiam ser surpreendentemente desenvolvidas. Além dos próprios trabalhadores, havia muitas mulheres e crianças e, inclusive, a presença de comerciantes, os quais acompanhavam o deslocamento do acampamento, instalando pequenos negócios, como um açougue e uma bodega – que se transformavam em salão de baile nos finais de semana. Ainda, os moradores poderiam tomar uma carona em um dos trens da companhia e dirigir-se até Três Barras, tanto para fazer compras no armazém da própria empresa, como para aproveitar a sessão do cinema da *Lumber*; ou ainda, para assistir a um jogo de futebol no campo da empresa (TOMPOROSKI, 2013).

O aparato institucional da *Lumber Company*

Uma vila operária – tal qual o caso dos acampamentos da *Lumber Company* – não era constituída apenas pelas moradias dos trabalhadores. Havia serviços e facilidades disponibilizados pela empresa e que normalmente permitiam sensíveis e efetivas melhorias quanto as condições de sobrevivência do trabalhador e de sua família. Em contrapartida, viver em uma vila operária significava também estar sob a influência de uma série de dispositivos que tentavam impor aos seus moradores um ajustamento moral, psicológico e físico. A atuação conjunta de tais fatores objetivava – e poderia resultar – na

construção de sentimentos de lealdade em relação ao patrão, ou no fomento de um sentimento de pertencimento em relação à empresa, arquitetando assim a ideia de uma “grande família”.^{ix}

Esse conjunto de facilidades disponibilizado ao trabalhador e sua família foi chamado por Leite Lopes de “aparato institucional”, e, manifestava-se em realizações concretas e visíveis, como, por exemplo, hospital, cinema e teatro (2008, p. 169). Entretanto, outros autores utilizaram denominações distintas para referenciar tais dispositivos, a título de exemplo, “rede de serviços” (KELLER, 2005), ou ainda “serviços sociais” (MATOS, 2008, p. 8).

As instalações da fábrica, aliadas ao conjunto de moradias da empresa e ao aparato institucional configurava um “sistema”. O “Sistema Paulista”, analisado por Leite Lopes, é uma variante desta forma de dominação especificamente utilizada no caso daquela indústria,

[...] envolvendo sob um mesmo controle centralizado a produção fabril, o domínio da moradia e da cidade, a produção agrícola da retaguarda territorial da fábrica e a circulação mercantil dos bens de consumo dos operários [...] Além disso, esta estrutura de relações sociais contém a promoção e administração de atividades médicas, religiosas e recreativas, e também uma numerosa milícia particular garantindo o “governo local de fato” da companhia sobre estas múltiplas atividades (LEITE LOPES, 1988, p. 21).

O aparato institucional apresentava um caráter paradoxal. Conquanto oferecesse benefícios aos trabalhadores, também legitimava a dominação da empresa. Tal situação é facilmente identificada no caso específico da *Lumber Company*, que além do controle econômico e fundiário sobre a região de Três Barras, realizou a instalação de um hospital, uma farmácia, cinema, cassino, armazém, campo de futebol, etc. Tanto a estrutura da empresa quanto seu funcionamento regular eram resguardados pelo seu corpo de segurança, uma milícia fortemente armada integrada por centenas de homens pagos pela empresa.

Juntamente com a instalação da indústria, a companhia efetuou a construção de um hospital, cujo propósito era atender, principalmente, os altos funcionários de origem norte-americana transferidos para Três Barras. No entanto, o hospital também prestava atendimento médico aos demais trabalhadores. Além do hospital, a empresa contava com uma farmácia, onde os trabalhadores poderiam retirar os remédios necessários. Esta estrutura era mantida por uma taxa sanitária de dois mil réis mensais, cerca de meio dia de trabalho por mês^x.

A empresa também construiu um armazém, que estava instalado na vila de Três Barras, próximo à sede da empresa e onde os trabalhadores poderiam adquirir os produtos

básicos mediante o sistema de cadernetas. Porém os trabalhadores que moravam nos acampamentos poderiam efetuar suas compras nos finais de semana, quando um trem era disponibilizado para o deslocamento dos consumidores até o armazém central. Ademais, a companhia também enviava vagões-armazém, os quais partiam para a mata carregados com os gêneros básicos necessários aos trabalhadores e demais moradores dos acampamentos. No ano de 1912, o armazém da *Lumber* chegava a movimentar sessenta contos de réis mensais^{xi}.

O advento do cinema, paralelamente a chegada da companhia, foi outro importante fator integrante do aparato institucional. Além do magnetismo que poderia exercer sobre os trabalhadores, o surgimento do cinema em Três Barras teve implicações bastante amplas. De fato, foram construídos dois cinemas no perímetro da empresa, o Cine Monroe e o Cine Variedades. Ainda que ambos tivessem como sócios altos funcionários da companhia, havia uma distinção fundamental quanto ao público. O primeiro era frequentado apenas pelos funcionários norte-americanos, ao passo que o segundo recebia os demais trabalhadores.

Nos primeiros anos de funcionamento da empresa em Três Barras, foi realizada uma celebração inédita naquela região. “A *Lumber* montou uma grande serraria em Três Barras (...) formou-se uma pequena cidade na qual, todos os anos, a 04 de julho, via-se flutuar por toda a parte a bandeira estrelada dos Estados Unidos” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 74). É plausível considerar a hipótese de que os diretores da empresa aproveitaram a oportunidade para tecer laços de pertencimento e solidariedade entre a companhia e os trabalhadores. A participação destes poderia disseminar esse sentimento entre aquela comunidade e, dessa forma, inseri-los entre os membros dessa “grande família” e, conseqüentemente, amenizar antagonismos de classe. Afinal, era uma data em que o patrão se misturava aos empregados em um ambiente festivo, e, inclusive, posava para fotos, aproximando indivíduos com interesses tão opostos, o que, supostamente, poderia infundir certa admiração entre os trabalhadores^{xii}.

As práticas esportivas também foram comumente exploradas por empresas para construir laços de proximidade com seus trabalhadores. No caso da *Lumber*, a partir da década de 1930, a empresa passou a promover o futebol com esse objetivo. É emblemático o fato dos torneios e troféus receberem a designação de diretores e importantes funcionários da companhia^{xiii}. É possível que o interesse dos altos funcionários da empresa pelo futebol e o patrocínio por eles oferecidos resultasse de uma admiração pelo esporte, com o propósito de disponibilizar aos trabalhadores uma opção de lazer e entretenimento, contudo, também é viável a perspectiva de que essas práticas eram fomentadas por interesses que se estendiam além da diversão e da suposta preocupação dos patrões com

seus empregados. O time de futebol contribuía para compor o aparato institucional da companhia, pois torcer pelo time da empresa (cujo nome era Três Barras), significava torcer por seus parentes e amigos. A convergência, nos finais de semana, dos habitantes das moradias da empresa – bem como de outros moradores da região – para o campo de futebol da *Lumber*, constituía o cenário ideal para a edificação de uma relação amistosa entre patrão e empregado, que pretendia atenuar as tensões de classe e propiciar a concepção de um sentimento de pertencimento e gratidão dos trabalhadores em relação a seus chefes e à empresa.

Completando o seu aparato institucional, a *Lumber Company* também instituiu uma força paramilitar própria, seu corpo de segurança. O grupo era constituído por trezentos homens fortemente armados, um efetivo superior ao Regimento de Segurança de Santa Catarina, que possuía, em 1910, duzentos e oitenta homens^{xiv}. As atribuições do corpo de segurança consistiam na proteção do patrimônio e das instalações da empresa, na manutenção da disciplina, repressão aos protestos dos operários e na expulsão ou assassinato de posseiros em terras de interesse da companhia^{xv}. O grupo assegurava à companhia exercer o poder, de fato, sobre toda aquela região, em especial, sobre seus domínios^{xvi}.

Esse conjunto de elementos atuava paralelamente com o intuito de – sempre que possível – atenuar as tensões entre a empresa e seus trabalhadores. Visando a interiorização da dominação pela sua força de trabalho, a empresa tratou de discipliná-la, elevando sua exploração sobre os trabalhadores.

A apropriação do aparato institucional pelos trabalhadores da *Lumber Company*

Apesar desse intrincado conjunto de elementos acessíveis aos trabalhadores, é preciso avaliar até que ponto a dominação imposta pela companhia foi efetivamente interiorizada por sua mão de obra. Os trabalhadores da empresa construíram sua resistência a partir da atribuição de um novo conjunto de valores às relações e ao modo de vida edificado nos diferentes espaços do complexo fabril com vila operária.

Conforme exposto anteriormente, as moradias dos trabalhadores da *Lumber* estavam dispostas fragmentariamente em três categorias distintas. Os acampamentos era o modelo mais frequente que agregava a maioria dos trabalhadores, distribuídos pelo interior da mata, a uma distância significativa da fábrica e da vigilância do patrão e dos homens do corpo de segurança. Essas peculiaridades presumem uma maior liberdade de ação, tanto em ocasiões lúdicas quanto nos momentos de organização e mobilização. A

resistência foi constituída em diferentes níveis, nos acampamentos, frequentemente ocorria a realização de festas, como, por exemplo, bailes organizados pelos próprios trabalhadores.

A disposição do espaço compartilhado pelos trabalhadores e suas famílias nos acampamentos também funcionava como base para construção de redes sociais e de solidariedade, bem como para articulação de demandas. Os espaços de sociabilidade têm uma importância crucial no processo de formação de classe, ao incitarem a ação coletiva. O compartilhamento de momentos lúdicos era outro elemento relevante no fortalecimento da unidade e na expressão de seus interesses comuns.

No ano de 1919, as tensões acumuladas entre trabalhadores e companhia eclodiram na forma de manifestações e greves. Um dos grevistas, residente em um acampamento da empresa, descreveu os eventos relacionados aos movimentos em textos enviados para o jornal libertário *A Plebe*^{xvii}, de São Paulo, o qual publicou reportagens com base nessas informações.

Alcindo de Oliveira denominou as habitações disponibilizadas pela empresa, rústicas edificações de madeira, constituídas por um único cômodo, uma pequena porta e apenas uma janela, como “casa-rancho” e “rancho-espelunca”. Com a continuidade da greve pelos trabalhadores, os diretores da empresa ativaram seus instrumentos de coerção: dezenas de operários foram demitidos, e receberam o prazo de quatro horas para desocupar as casas de propriedade da *Lumber*, “que para escárnio serviam de habitação às famílias de seus operários”^{xviii}. Desvela-se umas das razões para a construção de vilas operárias. Além da intenção de fixar, imobilizar e vigiar a mão de obra, esse sistema tornava a moradia um poderoso e eficiente elemento de pressão em momentos críticos, tal qual no decorrer de um movimento grevista. A propriedade da casa do trabalhador delegava aos diretores da companhia imenso poder de coerção sobre aqueles indivíduos e suas famílias. Ao menor indício de insubordinação – o que já representava uma atitude corajosa do trabalhador nessa situação de dependência – aquele que controlava seu emprego e sua moradia o demitia e expulsava toda a família operária.

A *Lumber* fez uso desse expediente, pois alguns grevistas:

[...] abandonaram a localidade para evitar a prisão, deixando suas famílias, as quais foram, pelo delegado, proibidas de se retirar do lugar. As casas-ranchos desses trabalhadores foram algumas noites guardadas por capangas armados (homens do corpo de segurança da *Lumber*) e policiais^{xix}.

Portanto, a mesma moradia que representava um alento ao trabalhador, um local seguro para proteger a si e sua família, fora transformada em cárcere de seus entes

queridos, local ao qual não era possível retornar devido ao risco a sua liberdade e sua vida. A atuação do corpo de segurança e da polícia – comandada no distrito de Três Barras pelo subdelegado Theófilo Becker^{xx} – limitava ainda mais os espaços de manobra durante a mobilização.

Com o suporte da polícia local e de forças provenientes de outros municípios, a repressão foi ampla e irrestrita,

[...] e os que mais se destacaram no movimento, os mais capazes de ação, caíram logo no desagrado dos chefes e mereceram sua demissão do serviço. Também estive nesse número e recebi o meu prêmio. Fui despedido e tive que transportar-me com família e bagagem para outra localidade^{xxi}.

A pressão exercida sobre os principais responsáveis pela agitação traduzia-se em demissão e deslocamento compulsório, afinal, sem casa para morar, sem dinheiro para hospedagem, com poucas alternativas de trabalho e com o desagrado dos diretores – cuja vontade era sinônimo de lei – o que restava aos “agitadores” e suas famílias era abandonar definitivamente Três Barras.

Os fatos apresentados corroboram o papel da vila operária como fator de dominação sobre os trabalhadores. Participar de uma manifestação, ingressar em um movimento grevista, exigir melhorias para sua classe, poderia resultar em demissão. Consequentemente, poderia significar a perda da moradia, o despejo, a aflição de não dispor de um teto para proteção de sua família. A casa de propriedade do patrão, mesmo precária, na maioria das vezes representava a única opção de sobrevivência para muitas daquelas pessoas.

Contudo, a mobilização dos trabalhadores demonstra que, mesmo sob esse tipo de pressão, eles não prescindiram de sua luta por aquilo que consideravam justo. Ademais, a própria vila – no caso da *Lumber*, seus acampamentos – propiciou a formação de densos laços de solidariedade que, além de permitir estabelecer relações pessoais, também proporcionou uma identidade marcada pela solidariedade e auxílio mútuo. O compartilhamento de espaços contíguos de habitação, das mesmas relações de produção e da mesma agonia perante os constantes acidentes de trabalho e mesma insegurança estimulou a construção e fortalecimento de noções comunitárias profundamente arraigadas.

Considerações finais

De todo o exposto anteriormente, constata-se que a apropriação da vila pelos trabalhadores transcendia os objetivos dos patrões ao construí-las. As indústrias e vilas operárias eram propriedades dos patrões, mas as vilas eram o lar dos trabalhadores, onde

construíram cotidianamente relações de amizade e auxílio mútuo. Pode-se vislumbrar a edificação de práticas de resistência à dominação, práticas estas elaboradas, inventadas e ressignificadas no interior do grupo de trabalhadores e no interior dos acampamentos.

A *Lumber* utilizava de seu aparato institucional para seduzir e fixar a mão de obra, bem como para impor uma nova disciplina industrial, a qual perpassava a concessão de “favores” e objetivava incutir neste mesmo grupo a ideia de que estavam envoltos em uma relação da qual obteriam benefícios. Os operários da *Lumber*, mesmo insatisfeitos com suas condições de trabalho e vida, realmente usufruíam de “vantagens” concedidas pela companhia – comparativamente às demais alternativas de trabalho disponíveis na região – mediante utilização do serviço sanitário – hospital e farmácia – e de opções de entretenimento, como o cinema e, mais tarde, o futebol. Também poderiam viver nas casas dos acampamentos da empresa e adquirir mantimentos nos armazéns da mesma, o que, se por um lado significava o atrelamento do operário aos seus desmandos, por outro, assegurava a ele e sua família a subsistência diária. Os trabalhadores e, muitas vezes, suas famílias, poderiam se deslocar de carona, utilizando os trens da companhia como meio de transporte, especialmente nos finais de semana. E, apesar de todo o controle patronal, fora dos horários de expediente os trabalhadores desfrutavam de certa liberdade para a diversão autônoma – tendo como referência antigos costumes que resistiam – em bailes, jogos de cartas e bebendo, apesar de residirem nos acampamentos da companhia.

Os trabalhadores se apropriaram do aparato institucional, ou seja, utilizaram-se das facilidades para edificar relações de amizade e auxílio mútuo, indo de encontro aos objetivos da companhia em interiorizar nos trabalhadores a dominação decorrente da disponibilização do aparato institucional. Esse aparato e sua apropriação pela mão de obra integrava uma relação que também se desenvolvia em torno de uma aparente aquiescência por parte dos trabalhadores, cuja demonstração era necessária para o usufruto das vantagens disponibilizadas pela empresa.

A *Lumber* lançava mão de inúmeros artifícios para “negociar” com os trabalhadores, associando o processo de imposição de uma nova disciplina industrial à concessão de “favores” (o seu aparato institucional), que construíam neste mesmo grupo a ideia de uma relação da qual teriam benefícios. Ao mesmo tempo em que a *Lumber* oferecia aos operários este leque de “vantagens”, estes prestavam sua deferência. Esta conduta e o apelo a concepções coletivamente construídas de identidade e pertencimento teriam como retribuição compensações, que poderiam variar desde a conservação do emprego até a melhoria da qualidade de vida do operário e de sua família. Assim, parece razoável afirmar que esta situação era percebida “de cima” como um ato de concessão e “de baixo” como uma conquista (THOMPSON, 1998, p. 45).

Conquanto a empresa almejasse estabelecer uma relação de dominação, os trabalhadores também transitavam na busca por melhores condições de sobrevivência. A mão de obra da *Lumber* percebia o que os chefes esperavam e a que precisavam se submeter para conservar seu emprego e seu acesso as vantagens que compunham seu aparato institucional. Mesmo num ambiente com aparente rigor e controle inexauríveis, também havia espaço para negociação.

Sendo assim, é plausível afirmar que os trabalhadores da *Lumber* conseguiram construir – utilizando-se da apropriação do aparato institucional – condições favoráveis para mobilização, organização e luta, o que demonstra que apesar dos benefícios disponibilizados e da aparente aquiescência, desde muito cedo se desenvolvia a insatisfação e consequente aspiração por melhores condições de trabalho e subsistência, para eles próprios e suas famílias.

Conquanto em perspectiva percebe-se um longo processo de exploração e exclusão desencadeado pela *Lumber Company*, em contrapartida, evidencia-se a resistência, a organização e a luta dos excluídos, em prol do reconhecimento e cumprimento de seus direitos. Conclui-se que a *Lumber Company* protagonizou muitos processos contundentes de tentativa de controle de sua mão de obra. Apesar disso, os de baixo sempre resistiram e sua luta permaneceu vigente, reinventada de modo dinâmico e ininterrupto.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93507>. Acesso em 11 jun. 2021.

COMPANHIA *Lumber*. Produção de Alberto Botelho. 39 minutos, mudo, preto e branco.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*. São Paulo: Atual, 1987,

DIACON, Todd A. *Milenarian vision, capitalist reality*. Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916. Durham: Duke University Press, 1991

KELLER, Paulo Fernandes. *Cotidiano operário e complexo fabril: fábrica com vila operária em Paracambi/RJ*. CEMOBA: Centro de Memória Oral da Baixada Fluminense: Rio de Janeiro: 2005.

LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero & Brasília: Editora da UnB, 1988.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação das chefias caboclas* (1912-1916). Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. Uma história da vila operária: na perspectiva de gênero e classe (dispositivo de controle social?). Primeira República – Salvador – BA. Fazendo Gênero 8 – *Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 2008.

MOTTA DE CARVALHO, Tarcísio. “*Nós não tem direito*”. Costume e Direito a Terra no Contestado (1912-1916). Niterói. Dissertação (Mestrado em História). UFF. Niterói, 2002.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil, 1889-1930*. Documentos. Volume II: Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. Utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

THOMPSON, Edward Palmer. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica. 2. Ed. 1984.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. *O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940*. Tese (Doutorado em História) – Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107414>. Acesso em 11 jun. 2021.

VALDERRAMA, Berna Bruit; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. “Novos usos e significados das vilas operárias da antiga fábrica Brasital”. *Revista do Centro de Preservação Cultural / USP*: São Paulo, n.º 5, nov. 2007/abr.

VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na região do Contestado (1906-1916)*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em História). PUC/RS. Porto Alegre, 2009.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Recebido: 11/06/2021

Aprovado: 21/05/2022

Publicado: 04/07/2022

Notas:

ⁱDoutor em História pela UFSC. Coordenador do Programa de Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Santa Catarina, Brasil. E-mail: alexandre@unc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3042-7844>.

ⁱⁱ Três Barras foi município paranaense até o ano de 1917, quando pelo Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina passou a integrar o estado catarinense na condição de distrito de Canoinhas.

ⁱⁱⁱ Ao longo da pesquisa não foram identificadas mulheres empregadas nas atividades laborais da *Lumber*. Este cenário seria alterado apenas na década de 1950, quando as primeiras trabalhadoras passaram a ser empregadas na empresa.

^{iv} Diversas denominações foram empregadas para descrever esses aglomerados, tais como “vila operária”, “bairro proletário”, “núcleo industrial”, “núcleo fabril”, “cidade operária”, “cidade companhia” e “cidade empresa”. Nomenclaturas tão distintas evidenciam a amplitude de sua existência mesmo que, muitas vezes, apresentem configurações espaciais diversas (VALDERRAMA; OLIVEIRA, 2008, p. 56).

^v Esse era o caso da vila operária Boa Viagem, em Salvador, de propriedade da fábrica têxtil Companhia Empório Industrial do Norte (MATOS, 2008, p. 3).

^{vi} O processo de apossamento de terras foi o método costumeiramente empregado para a apropriação territorial na região, sendo comum o estabelecimento de posses por pequenos agricultores, antes da chegada dos grandes fazendeiros e da administração pública. Nestas posses estabelecidas no interior da floresta, aquela população mantinha pequenas plantações e a criação comunal de animais tanto para subsistência quanto para um pequeno comércio de excedentes, a base de troca, além de efetuar a coleta da erva mate.

^{vii} Processo semelhante pode ser verificado em outros setores extrativistas, tal qual no caso das carvoarias.

^{viii} COMPANHIA Lumber. Produção de Alberto Botelho. 39 minutos, mudo, preto e branco. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5jN7JG6_QOE. Acesso em 07 mai. 2021.

^{ix} Isso tornava a relação patrão/empregado mais complexa, facilitava a dominação e favorecia a interiorização da dominação pelas pessoas residentes na vila operária. Nesse sentido, ver FONTES, Paulo. Um nordeste em São Paulo: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008. Em seu estudo, o autor também identificou estratégias que intentavam a construir o sentimento dos trabalhadores como pertencentes a “uma grande família”.

^x Diário da Tarde. Curitiba, edição de 08 de julho de 1912, op., cit. BPP. Em junho de 1919, essa taxa correspondia a 3\$500 (três mil e quinhentos réis) mensais. Gazeta do Povo. Ano I, N.º 113. Curitiba, 16 de junho de 1919. BN.

^{xi} Diário da Tarde, 08 de julho de 1912, op., cit.

^{xii} Situações em que os trabalhadores eram compelidos a participar de celebrações não eram raras durante a Primeira República, muitas vezes, em homenagem pessoal ao patrão, o que gerou manifestações por parte dos trabalhadores (PINHEIRO; HALL, 1981, p. 174).

^{xiii} Livro de Registro de Funcionários da Companhia *Lumber*. Documento consultado no Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH), em Três Barras.

^{xiv} Existem informações contraditórias acerca do número de homens que compunham o corpo de segurança da *Lumber*. Machado (2004), afirma que o grupo era formado por 300 homens armados; Diacon (1991) aponta 400 componentes para o grupo; Carvalho (2009), p. 253, afirma ter localizado entre a documentação sobre os trabalhadores da empresa, no ano de 1915, apenas 11 referenciados como guardas da empresa, número que o autor sugere estar muito abaixo das necessidades repressivas da *Lumber*. Parece adequado supor que o número de homens do corpo de segurança aproximava-se de algumas centenas, em função das inúmeras necessidades repressivas sobre os diversos setores da empresa. Também é plausível supor que muitos dos guardas não constavam dos quadros oficiais da Companhia, sendo contratados sem o devido registro documental, possivelmente em função de questões anteriores com a Justiça, ou, para evitar complicações posteriores, pois a atuação do grupo não costumava respeitar parâmetros legais.

^{xv} Além disso, o grupo era empregado de acordo com os interesses políticos da companhia. A título de exemplo, quando irromperam as hostilidades do movimento de 1930, o diretor da *Lumber*, por intermédio do chefe do grupo, cogitou dinamitar uma ponte para impedir a passagem do trem que conduzia tropas vindas do Rio Grande do Sul. In: Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, n. 4.236. Edição de 30 de dezembro de 1930.

^{xvi} O corpo de segurança atuou na expulsão de posseiros que não aceitavam a determinação para se retirarem de terras que eram ocupadas e exploradas pela *Lumber*. No dia 29 de setembro de 1914, a sede da companhia, em Três Barras, foi atacada por um piquete, em plena ofensiva rebelde, durante a Guerra do

Contestado (1912-1916). O corpo de segurança aliado a força policial paranaense deslocada para proteger a empresa, rechaçaram o ataque, salvaguardando a empresa de uma provável destruição.

^{xvii} Jornal anarquista e anticlerical lançado na cidade de São Paulo em 1917 e extinto em 1951.

Sob o comando de Edgard Leuenroth, o jornal A Plebe foi lançado no contexto da Primeira Guerra Mundial e da desestabilização dos salários e da vida dos trabalhadores.

^{xviii} A Plebe, 23 de agosto de 1919, op., cit.

^{xix} Idem.

^{xx} Theófilo Becker atuava atendendo às necessidades repressivas da companhia, como no caso das greves de 1919. Também havia instituído um *modus operandi* na condução das investigações relativas aos acidentes de trabalho ocorridos na *Lumber*. Sua atuação, aliada a de outras autoridades e do próprio Oswaldo de Oliveira, favorecia a companhia, resultando na não condenação da empresa ao pagamento de indenizações aos operários (TOMPOROSKI, 2013).

^{xxi} Ibidem.